ANPT

ANO V Nº 54 – JUNHO 2010

INFORMATIVO

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DO TRABALHO

Câmara debate adoção da arbitragem nos conflitos trabalhistas

FOTOS: Ascom/ANPT

A Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados realizou audiência pública para discutir o projeto de lei 5930/09, que regulamenta a arbitragem. O projeto não permite a adoção da arbitragem para os conflitos trabalhistas, mas as entidades ligadas às câmaras de mediação pressionam pela mudança na redação. O presidente da ANPT, Sebastião Caixeta, participou do debate. "As características da arbitragem são inconciliáveis com o direito individual do trabalho", alertou.

PÁGINA 3

Atletas entram na campanha contra exploração do trabalho da criança e do adolescente

A participação de atletas, como o jogador de futebol Robinho, que estampou diversas peças publicitárias da campanha "Cartão Vermelho ao Trabalho Infantil", fortaleceu a ação contra a exploração das crianças no Brasil. Eventos realizados em todo o país ao longo do mês ajudaram na difusão da mensagem, lembrada em todo o mundo no dia 12 de junho.

PÁGINA 5

APOSENTADOS
PEC 555 propõe extinção da contribuição previdenciária
PÁGINA 7

TERCEIRIZAÇÃO
Recurso ao STF discute responsabilidade subsidiária
PÁGINA 10

ENTREVISTA: ISABELLA GAMEIRO DA SILVA TERZI – O DIREITO TRABALHISTA DAS FUTURAS GERAÇÕES **PÁGINA 11**

Caro Associado,

Sempre empenhada em interferir positivamente nos debates e decisões a respeito dos temas de interesse dos integrantes do Ministério Público do Trabalho, a diretoria da ANPT iniciou o mês de junho com reuniões em que esclareceu seu posicionamento aos principais interlocutores das instituições e entidades de maior atuação no cenário nacional.

Nossos sinais foram bem recebidos. As primeiras resposta favoráveis vieram do Legislativo, onde o procurador parlamentar da Câmara dos Deputados, deputado Sérgio Barradas Carneiro (PT-BA), interpôs recurso ao Plenário contra a apreciação conclusiva do Projeto de Lei nº 5078 pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, impedindo a aprovação sem debate prévio de um tema da mais alta relevância, que é a competência para a abertura de inquéritos civis públicos.

Além disso, recebemos três convites para a participação de audiências públicas naquela Casa, onde queremos estar cada vez mais presentes para levar a contribuição dos membros do MPT. Nesse caso, os temas são o Projeto de Lei 5930, que regulamenta a arbitragem, a Convenção nº 158 da OIT, que trata do término do contrato de trabalho por iniciativa do empregador e o trabalho rural, muitas vezes permeado por características perversas de servidão.

Essa abertura para participar dos debates relativos ao mundo do Direito do Trabalho também nos levou a um Congresso sobre Processo Eletrônico, promovido pelo Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba (13ª Região), ao III Fórum Nacional de Cooperativismo Médico, do Conselho Federal de Medicina, e a diversos eventos relativos à proteção das crianças contra a exploração sexual ou de seu trabalho promovidos pelo FNPETI e pela Organização Internacional do Trabalho.

A postura proativa da entidade também ficou clara com nossa participação na discussão a respeito do ponto eletrônico e na divulgação de nota pública em apoio à portaria do Ministério do Trabalho e Emprego que regulamenta a matéria. A nota foi produzida depois de consulta aos associados que se posicionaram a favor da adoção do novo sistema, projetado para impedir fraudes no registro de horas extras. Outra Nota Pública divulgada em junho registrou a posição da entidade frente a acusação de omissão do Ministério Público no caso da contratação de 35 mil servidores sem concurso pelo governo de Tocantins. A Nota lembrou que o Ministério Público do Trabalho combate esta irregularidade no Estado há vários anos.

Reuniões com o Grupo Gestor do Ministério Público, com a Frente Associativa e com o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil também demonstram nosso empenho na busca de agendas comuns, que nos permitam unir forças para lutar em defesa dos interesses da classe e, consequentemente, da sociedade.

Nesse contexto, insere-se ainda a nossa participação no II Congresso de Carreiras Jurídicas, no início de julho, outra excelente oportunidade de colocar em prática nossa disposição para o trabalho em conjunto com magistrados, membros do Ministério Público, advogados e todas as instituições e carreiras afetas ao sistema de justiça brasileiro a respeito dos problemas enfrentados diariamente. Mais que isso, uma ocasião em que certamente surgirão novas propostas de soluções para melhorarmos nossa prestação de serviços à sociedade contribuindo, assim, para que o judiciário traga respostas cada vez mais céleres e precisas ao cidadão brasileiro. O registro destes movimentos é do que trata o Informativo nº 54 da ANPT. Boa leitura!

Diretoria ANPT

CURTAS

FICHA LIMPA – O vice-presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, acompanhou, ao lado dos demais integrantes do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), o julgamento da consulta feita pelo deputado Ilderlei Cordeiro (PPS-AC) sobre a validade da Lei da Ficha Limpa. Por seis votos a um, o plenário do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu que a nova lei também torna inelegíveis os políticos condenados por órgão colegiado antes da data de publicação da lei no Diário Oficial da União (7 de junho).

ANIVERSÁRIO DO CNMP – A diretoria da ANPT saudou o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, e a conselheira Sandra Lia Simon na solenidade que marcou o aniversário de cinco anos de instalação do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Segundo Gurgel, neste período o Conselho superou preconceitos e "rompeu a barreira contra o exercício do controle externo".

LOTAÇÕES PROVISÓRIAS – Em atenção às solicitações de diversos associados, a diretoria da ANPT encaminhou ofício à Procuradoria Geral do Trabalho no dia 24 de junho. A correspondência trata da preocupação dos Associados com os processos relativos às lotações provisórias de membros do Ministério Público do Trabalho.

DIRETORIA ANPT BIÊNIO 2008/2010

Sebastião Vieira Caixeta
Presidente

Carlos Eduardo de Azevedo Lima
Vice-Presidente

Ana Luiza Alves Gomes
Secretária-Geral

Maurício Correia de Mello
Diretor Financeiro

Isabella Gameiro da Silva Terzi
Diretora de Relações Institucionais

Marici Coelho de Barros Pereira
Diretor de Assuntos Jurídicos

Mariana Flesch Fortes
Diretor de Assuntos Legislativos

Adriana Holanda Maia Campelo
Diretora Social e de Eventos

Catarina Von Zuben
Diretor de Comunicação

Lair Carmen Silveira da Rocha Guimarães
Diretora

Raulino Maracajá Coutinho Filho
Diretor

Yamara Viana de Figueiredo
Diretora

INFORMATIVO ANPT Edição: Layrce de Lima (2457 DF) | Redação: Layrce de Lima e Gustavo Rocha | Revisão: Carlos Eduardo de Azevedo Lima | Projeto Gráfico e Diagramação: Maraat Propaganda | Tiragem: 1.300 exemplares. **CONTATO** Tel.: (61) 3224.5720 | E-mail: imprensa@anpt.org.br | Site: www.anpt.org.br | Endereço: SBS, Qd. 02, Bl. "S", Salas 1103 a 1105, CEP: 70070-904 – Brasília-DF.

Arbitragem de conflitos: ANPT defende regulamentação prevista no PL 5930

A aprovação do projeto de Lei 5930/09, que regulamenta a arbitragem de conflitos, foi defendida pelo presidente da ANPT, Sebastião Vieira Caixeta, na audiência pública realizada pela Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados, no dia 10 de junho. Tal como está redigida atualmente, a proposta exclui os conflitos trabalhistas do âmbito das questões passíveis de solução por arbitragem. Segundo o presidente da ANPT, tanto o aspecto técnico quanto a prática diária dos procuradores do Trabalho comprovam que a proposta legislativa está adequada.

FOTOS: Ascom/ANPT

Caixeta: "As características próprias da arbitragem são inconciliáveis com o direito individual do trabalho porque ele pressupõe a desigualdade entre empregador e empregado"

"As características próprias da arbitragem, que são a pressuposição de igualdade entre as partes, o princípio da autonomia de vontade e a plena capacidade de contratar, são inconciliáveis com o direito individual do trabalho porque ele pressupõe a desigualdade entre a pessoa do empregador e a do empregado", avaliou Sebastião Caixeta.

Após citar diversos dispositivos da Constituição Federal que reforçam a desigualdade na relação de trabalho, inseridos nos artigos 1º, 4º, 5º, 6º, 7º e 8º, Caixeta relembrou o artigo 477 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que, ao reconhecer a hipossuficiência do trabalhador, exige a assistência sindical ou do próprio Ministério Público do Trabalho (MPT) para a rescisão contratual.

O presidente em exercício da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Renato Reis Santana, também defendeu a aprovação da proposta. Participaram do debate, ainda, a presidente do Conselho Nacional das Instituições de Mediação e Arbitragem (Conima), Ana Lúcia Pereira, a representante da Arbitragem e Mediação Soluções de Conflitos (Amesa), Fernanda Oliveira, o representante da Comissão de Arbitragem Trabalhista (CAT), Sidney Barletta Júnior, e o professor de Direto do Trabalho da Universidade Metodista José Celso Martins, defendendo a permissão do uso da arbitragem nas questões trabalhistas.

Associação é convidada para participar de audiências públicas

A Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público também já aprovou requerimento do deputado Roberto Santiago (PV-SP) para a participação do presidente da ANPT, Sebastião Vieira Caixeta, em audiência pública que discutirá o término da relação de trabalho por iniciativa do empregador. O objetivo da audiência é debater o texto da Convenção nº 158/82 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

SERVIDÃO» Uma nova participação do presidente da ANPT em audiência pública acontecerá em reunião conjunta das Comissões de Legislação Participativa e de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados para discutir a situação degradante ou de servidão em que vivem alguns trabalhadores rurais brasileiros. O requerimento para realização da audiência pública foi apresentado pelo deputado Waldir Maranhão (PP-MA).

Senadores ouvem entidades sobre férias do Judiciário e Ministério Público

O vice-presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, esteve presente, ao lado dos representantes das demais entidades representativas do Ministério Público, na audiência pública realizada pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado no dia 29 de junho para debater as férias do Poder Judiciário e do Ministério Público. O retorno das férias coletivas de 30 dias para magistrados e procuradores, com a manutenção das férias individuais, foi uma das alternativas debatidas pela Comissão, sendo que ainda não há uma posição definitiva dos parlamentares sobre o tema.

I Congresso Brasileiro do Processo Eletrônico tem inicio com a participação da ANPT

Autoridades do Judiciário, do Ministério Público do Trabalho e juristas de todo o país reuniram-se entre os dias 7 e 9 de junho no I Congresso Brasileiro do Processo Judicial Eletrônico Trabalhista, organizado pelo Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba. O vice-presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou da abertura. O vice-presidente do Tribunal Superior do Trabalho, João Oreste Dalazen, também prestigiou o ato. Antes do início do evento, o presidente do TRT, desembargador Edvaldo de Andrade, inaugurou o Fórum Eletrônico de Campina Grande.

O Congresso discutiu as características do processo eletrônico e a sua implantação, permitindo o debate tanto das questões jurídicas quanto de tecnologia

FOTOS: Ascom/ANPT

Vice-presidente representou a ANPT na solenidade

Diretoria da ANPT cumprimenta participantes de curso de aperfeiçoamento

O presidente da ANPT, Sebastião Vieira Caixeta, o vice-presidente, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e o diretor de Finanças, Maurício Correia de Mello, participaram da abertura da terceira edição do curso de aperfeiçoamento "Recurso de Revista", no dia 24 de maio, em Brasília. O curso, promovido pela Procuradoria Geral do Trabalho, tem apoio da Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (ESMPDFT) e é ministrado a trinta procuradores do Trabalho a cada turma.

O procurador-geral do Trabalho, Otavio Brito Lopes, falou aos integrantes da turma antes do início da primeira aula. Ele deu boas vindas aos participantes e informou que a finalidade do curso é esclarecer pontos obscuros em relação aos recursos de revista, além de oferecer a oportunidade de debates e troca de experiência entre os procuradores. O presidente da ANPT também deu boas vindas e cumprimentou a administração do MPT pela oferta do curso aos procuradores. *"A formação e o aperfeiçoamento constante dos membros são necessários para que possamos desempenhar cada vez melhor nossas tarefas"*, incentivou.

II Diagnóstico do MPU e dos Estados tem inicio em Brasília

O Ministério da Justiça iniciou no dia 21 de junho os trabalhos do II Diagnóstico do Ministério Público da União e dos Estados, a ser realizado pela Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça, com apoio dos MPs estaduais e da União. A ANPT está representada na comissão encarregada de organizar o trabalho de pesquisa pelo procurador do Trabalho André Luiz Spies, do Ministério Público do Trabalho no Rio Grande do Sul. O presidente da entidade, Sebastião Vieira Caixeta, e o vice-presidente, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, acompanharam a solenidade.

O ministro da Justiça, Luiz Paulo Barreto, o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, e o Secretário de Reforma do Judiciário, Rogério Favreto, explicaram, que o objetivo do diagnóstico é permitir o desenvolvimento do Ministério Público. De acordo com Paulo Barreto, os Ministérios Públicos da União e dos Estados poderão fortalecer ainda mais sua atuação e sua imagem perante a população.

O II diagnóstico do MPU e dos Estados terá sua comissão formada por: três membros da Secretaria de Reforma do Judiciário do MJ, três do CNMP, três indicados pelo Conselho Nacional de Procuradores Gerais dos MPs dos Estados e da União e três da Conamp. Estiveram presentes também o procurador-geral

FOTOS: Ascom/ANPT

O início dos trabalhos foi marcado por solenidade

do Trabalho em exercício, Jeferson Luiz Pereira Coelho, a conselheira Sandra Lia Simon e o conselheiro Mário Luiz Bonsaglia, que serão os representantes do CNMP na comissão. O procurador do Trabalho Fábio Leal Cardoso será o representante do MPT.

Combate ao trabalho da criança e do adolescente ganha apoio de atletas brasileiros

A campanha "Cartão Vermelho ao Trabalho Infantil" foi lançada no dia 10 de junho, em Brasília, em solenidade realizada na Esplanada dos Ministérios. De iniciativa da Organização Internacional do Trabalho, a campanha teve por objetivo chamar a atenção da sociedade para a importância de acabar com a exploração da criança no país.

A participação de atletas, como o jogador de futebol Robinho, que estampou diversas peças publicitárias segurando um cartão vermelho ajudou na difusão das mensagens relativas ao dia 12 de junho, Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil, que esse ano teve como tema "Marque um gol: erradique o trabalho infantil".

O diretor financeiro da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Mauricio Correia de Mello, representou a entidade na ocasião. De acordo com Correia de Mello, ajudar no combate a esse problema é uma das prioridades da Associação, que faz parte do grupo de entidades que integram o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI).

FOTOS: Mauricio Correia de Mello

Crianças mostram o Cartão Vermelho para o trabalho infantil

Correia de Mello ressaltou ainda a relevância do Cartão Vermelho, que aproveitou o momento de início da Copa do Mundo. *"Temos que expulsar a exploração de crianças e adolescentes da realidade do nosso país"*, afirmou. A solenidade contou também com a participação da ministra do Desenvolvimento Social, Márcia Lopes, e do coordenador do Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil da OIT, Renato Mendes, além de parlamentares, mais de cem crianças e representantes de entidades combatentes da causa.

Seminário divulga adesão à campanha no Rio de Janeiro

O diretor financeiro da ANPT, Maurício Correia de Mello, voltou a representar a entidade no dia 30 de junho, no seminário de divulgação da campanha "Cartão Vermelho ao Trabalho Infantil", realizado no Rio de Janeiro. Promovido pela Anamatra, pela Amatra 1-RJ e pelo Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), o evento discutiu as piores formas de trabalho infantil, como o trabalho escravo e a exploração sexual, bem como as implicações do trabalho para a saúde da criança e do adolescente.

FOTOS: Ascom/Anamatra

Maurício Correia de Mello representou a ANPT no seminário

Em seu pronunciamento, Correia de Mello destacou a exploração sexual de crianças e adolescentes como um dos problemas que mais aflige o país. *"A pobreza aparece como a primeira causa para a exploração sexual, mas não é a única"*, afirmou. De acordo com o procurador, há adolescentes que não estão em situação de pobreza, mas aceitam ser explorados sexualmente em nome de uma suposta autonomia financeira.

O jornalista da ONG Repórter Brasil Leonardo Sakamoto deu exemplos de crianças encontradas em situação análoga à de escravidão. Ao fim do seminário, a coordenadora do Núcleo de Estudos da Saúde do Adolescente da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Carmem Maria Raymundo, apresentou a "Política Nacional de Saúde para Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Trabalhador Adolescente".

BRASÍLIA» Na reunião da coordenação do FNPETI, no dia 17 de junho, as entidades avaliaram as atividades realizadas para lembrar o Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil e foram informadas sobre a nova meta do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), que é a realização da próxima Conferência Mundial sobre Trabalho Infantil, em 2014, no Brasil.

Grupo Gestor se reúne para debater temas de interesse do MP

O presidente da ANPT Sebastião Vieira Caixeta, e o vice-presidente, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participaram de duas reuniões do Grupo Gestor do Ministério Público, nos dias 8 e 21 em junho. As propostas legislativas em tramitação no Congresso Nacional que merecem mais atenção das entidades representativas do MP foram os principais temas debatidos nos dois encontros.

FOTOS: Ascom/ANPT

Representantes do Ministério Público discutem matérias de interesse da categoria em reunião do Grupo Gestor

A PEC n.º 555 de 2006, que extingue a contribuição previdenciária dos servidores aposentados e pensionistas, foi tema de destaque na reunião do dia 21, além da Reforma do Código de Processo Penal (CPP), em análise no plenário do Senado. O Grupo Gestor decidiu formar uma comissão para acompanhar a tramitação da Reforma do CPP e para elaborar propostas de emendas que deverão ser entregues aos parlamentares.

No dia 08 de junho, os principais temas haviam sido a PEC nº 48/09, que trata das férias forenses, as reformas do Código de Processo Civil e do Código de Processo Penal, a ADIN que questiona a atuação das Defensorias Públicas e o controle externo da atividade policial.

O Grupo também pretende apresentar propostas legislativas de cunho social que possam modernizar a legislação brasileira. Outra decisão tomada em junho foi a de iniciar contatos com entidades, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), para propor a adoção de uma agenda comum de debates perante o Legislativo.

OAB concorda com a definição de agenda comum

Integrantes do Grupo Gestor do Ministério Público reuniram-se com o presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ophir Cavalcante, no dia 22 de junho, para propor a adoção de uma agenda comum de acompanhamento das questões que dizem respeito às duas categorias no Congresso Nacional. Diante da resposta positiva do presidente da Ordem, ficou definido que novas reuniões acontecerão periodicamente, para para que os representantes do Ministério Público e a OAB definam constantemente as estratégias de atuação para os assuntos de interesse comum.

Participaram da reunião os presidentes da ANPT, Sebastião Vieira Caixeta, o vice-presidente, Carlos Eduardo de Azevedo Lima e os presidentes, da Conamp, Cesar Mattar Júnior, da AMPDFT, Carlos Alberto Cantarutti e da ANMPM, Marcelo Weitzel, além de representantes de diretorias das entidades que compõem o Grupo Gestor.

FOTOS: Eugenio Novaes/OAB

Grupo foi recebido pelo presidente da OAB, Ophir Cavalcante

ANPT também atuará em conjunto com o Sinait

Os pontos de interesse comum para procuradores do Trabalho e auditores fiscais foram o tema da reunião entre o presidente da ANPT, Sebastião Vieira Caixeta, o vice-presidente, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e representantes da diretoria do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), no dia 23 de junho. Participaram da reunião, a presidente do Sindicato, Rosângela Rassy, o vice-presidente, Carlos Alberto Nunes e o vice-presidente de Patrimônio da entidade, Hugo Carvalho. Juntos, os integrantes das duas entidades buscarão apoio para os projetos que promovem melhorias da legislação trabalhista. A aproximação de auditores e procuradores nas operações de inspeção também foi abordada. Segundo Sebastião Caixeta, *"esta deve ser uma busca diária dos representantes das duas instituições"*.

Recurso pede que Plenário da Câmara reavalie aprovação do PL 5078/09

O procurador parlamentar da Câmara dos Deputados, deputado Sérgio Barradas Carneiro (PT/BA), apresentou recurso ao Plenário da Câmara dos Deputados solicitando a revisão do caráter conclusivo conferido à aprovação do Projeto de Lei 5078/09 pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). O projeto trata da competência para abertura de inquérito civil, estendendo a prerrogativa aos delegados de polícia.

FOTOS: Procuradoria da Câmara dos Deputados

A apresentação do recurso é resultado de reunião realizada no dia 16 de junho

Se mantido o caráter conclusivo, o projeto seguiria direto para apreciação do Senado Federal. Mas, o recurso subscrito por 72 deputados, destaca que o texto aprovado é um substitutivo ao projeto original do deputado Bonifácio Andrada (PSDB-MG), que merece estudo mais aprofundado e debates com a sociedade civil.

A apresentação do recurso já havia sido discutida em reunião realizada no gabinete do procurador da Câmara no dia 16 de junho, que contou com a participação do presidente da ANPT, Sebastião Caixeta, do vice-presidente, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, do presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), Cezar Mattar Júnior, do presidente da Associação Nacional do Ministério Público Militar (ANMPM), Marcelo Weitzer, e assessores parlamentares das associações ligadas ao Ministério Público.

Na reunião também foi discutido o projeto 6745/09, de autoria do deputado João Campos (PSDB-GO), que também trata de matéria de prerrogativas relacionadas ao inquérito civil.

Associações buscam apoio para a aprovação da PEC 555

O vice-presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou no dia 29 de junho de uma visita ao gabinete do deputado Luiz Alberto (PT-BA) para pedir apoio ao deputado para a aprovação da PEC nº 555 de 2006. A PEC extingue a contribuição previdenciária dos servidores aposentados e pensionistas e determina que os efeitos da revogação sejam retroativos a 1º de janeiro de 2004. Além do vice-presidente da ANPT participaram da reunião também os presidente da ANMPM, Marcelo Weitzel, da Associação Nacional dos Servidores Aposentados e Pensionistas da Câmara dos Deputados (ASA), Roberto de Medeiros Guimarães, e da ACMP, Rui Carlos Kolb Schiefler. O grupo pediu apoio ao deputado argumentando que a apreciação da PEC é de grande importância e que o tema merece atenção especial.

FOTOS: Ascom/ANPT

Os representantes das entidades visitaram o relator no fim de junho

Segundo Azevedo Lima, a aprovação da Proposta é positiva para o cidadão. *"Essa é uma preocupação da sociedade como um todo"*, afirmou. O deputado alertou que será necessário mediar o interesse do Estado com o interesse comum e que é importante haver consenso sobre o conteúdo da PEC, antes que ela seja aprovada.

CONVÊNIOS ANPT

EMPRESA / INSTITUIÇÃO CONVENIADA	O QUE OFERECE?	COMO UTILIZAR?
LOCALIZA RENT A CAR **Endereço:** Avenida Bernardo Monteiro nº 1563, Funcionários – Belo Horizonte – MG | **Pessoa de contato:** Carolina Lima **E-mail:** carolina.lima@localiza.com | **Telefones:** 31 3247-7887	Desconto de 10% sobre a tarifa especial de Km livre (T501) para aluguel de veículos.	O associado deverá informar o código do convênio no momento da reserva pela central 24 h Localiza (0800 979 2000) e também no pagamento da locação, nas agências Localiza. Código: C-1636.
ACCESS CLUBE DE BENEFÍCIOS (PLANO DE SAÚDE SULAMÉRICA) **Endereço:** Calçada dos Gerânios, nº 9, Barueri – SP CEP: 06453-14 **Pessoa de contato:** Nilva Ramos Silvino **E-mail:** nsilvino@qualicorp.com.br **Telefones:** 61 3701-2221/7811-0462 | **Fax:** 3701-2219	Plano de saúde coletivo por adesão com preço especial.	O associado deverá entrar em contato pelo telefone 61 3701-2200.
LTR EDITORA **Endereço:** Rua Jaguaribe 571, Santa Cecília, São Paulo – SP CEP: 01201-904 | **Pessoa de contato:** Nelson **E-mail:** redator@ltr.com.br | **Telefone:** 11 2167-1121	Desconto de 30%	O associado deverá manter contato com a editora e comprovar que faz parte do quadro associativo.
CHURRASCARIA PORCÃO **Endereço:** SCES Tr 2 conjunto 35 Brasília – DF **Pessoa de contato:** Robson Bezerra Bittencourt **Telefone:** 61 3223-2002	Desconto de 10% a 20%	O associado terá direito ao desconto de 20% sobre a tarifa integral cobrada nos serviços de rodízio praticados nas lojas do Rio de Janeiro e Niterói e de 10% em Recife, Belo Horizonte e Brasília.
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL **Telefone:** 61 3225-0870	Empréstimos pessoais com taxas diferenciadas e desconto em folha	O associado deverá entrar em contato pelo telefone: 61 3225-0870.

CONVÊNIOS ANPT

EMPRESA / INSTITUIÇÃO CONVENIADA	O QUE OFERECE?	COMO UTILIZAR?
COOMARCA **Endereço:** Av. Hercílio Luz, nº 636, salas 1007/1108. Florianópolis – SC **Pessoa de contato:** Nilva Ramos Silvino **Telefone:** 48 3222-9577 | **Fax:** 48 3222-4742	Empréstimos pessoais com taxas diferenciadas e desconto em folha para os associados domiciliados em Santa Catarina.	O associado deverá entrar em contato pelos telefones: 48 3222-9577 e 3222-4742
BANCO ALFA **Telefones:** 61 3314-8717 3328-1822 9643-1823	Empréstimos pessoais com taxas diferenciadas e desconto em folha.	O associado deverá entrar em contato pelos telefones: 61 3314-8717 9643-1823
BANCO SANTANDER **Telefone:** 61 3321-6661	Empréstimos pessoais com taxas diferenciadas e desconto em folha	O associado deverá entrar em contato pelo telefone: 61 3321-6661
BANCO SUDAMERIS	Empréstimos pessoais com taxas diferenciadas e desconto em folha	O associado deverá entrar em contato pelo telefone: 61 3245-6711
UNIBANCO	Empréstimos pessoais com taxas diferenciadas e desconto em folha	O associado deverá entrar em contato pelo telefone: 61 3225-6002
GRUPO CAOA (HYUNDAI, SUBARU E FORD) **Endereço:** Av. Ibirapuera, 2400 Moema. São Paulo - SP CEP: 04028-002	Veículos das marcas HYUNDAI e SUBARU com preços e condições especiais praticados para frotistas.	O associado entrar em contato pelos telefones (11) 5538-1000 e (11) 5053-3030 ou por e-mail: cabral.frotista@caoa.com.br, vendas.frotista@caoa.com.br; rosi.frotista@caoa.com.br
HONDA AUTOMÓVEIS DO BRASIL	Veículos com preços e descontos praticados para frotistas (de 5% a 6,5%).	O associado deverá procurar uma concessionária HONDA e solicitar declaração junto a ANPT comprovando que faz parte do quadro associativo.

Registrador Eletrônico de Ponto (REP) evita fraude na contagem de horas extras

A ANPT divulgou, no dia 1º de junho, uma Nota Pública em apoio à Portaria Ministerial nº 1.510, datada de 21 de agosto de 2009, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que torna obrigatório o uso do Registrador Eletrônico de Ponto (REP) para o registro da jornada de trabalho dos empregados de empresas que adotarem o controle eletrônico de ponto. A data limite para a adoção do novo sistema é o dia 21 de agosto de 2010. A decisão de dar ampla divulgação ao posicionamento da entidade foi tomada após reunião técnica realizada no gabinete da Secretária de Inspeção do Trabalho, Ruth Vilela, no dia 27 de maio.

FOTOS: Ascom/ANPT

Reunidos no MTE, auditores e procuradores ressaltaram a relevância do REP

O presidente da ANPT, Sebastião Vieira Caixeta, o vice-presidente, Carlos Eduardo de Azevedo Lima e o diretor financeiro da entidade, Mauricio Correia de Melo, participaram da reunião com os auditores fiscais do Trabalho Celso Amorim e José Tadeu de Medeiros Lima além de representantes da Febraban.

As falhas na apuração de faltas e contagem de horas extras foram as principais preocupações demonstradas pelos auditores. De acordo com eles, há fabricantes de controles de ponto que indicam como alterar o banco de dados. A Nota Pública divulgada pela ANPT defende o uso do Registrador Eletrônico de Ponto (REP) por ser equipamento inviolável e que evita a alteração dos dados de entrada e saída do trabalhador.

ANPT defende responsabilidade subsidiária na terceirização

O Recurso Extraordinário 603397 do Supremo Tribunal Federal (STF), que trata da responsabilização subsidiária da administração pública nos casos de terceirização de serviços, foi o tema da audiência que reuniu o subprocurador-geral da República Rodrigo Janot, o vice-presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e o procurador do Trabalho Helder Santos Amorim no dia 30 de junho. A reunião foi solicitada pela Associação depois que o subprocurador-geral recebeu o recurso para análise e parecer, uma vez que foi reconhecida pelo STF a existência de repercussão geral no processo.

O Recurso Extraordinário aborda o alcance do item IV da súmula nº 331 do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do § 1º do art. 71 da Lei 8666/93, assunto de interesse dos integrantes do Ministério Público do Trabalho.

Os procuradores manifestaram preocupação, lembrando que a exclusão da responsabilização subsidiária da administração pública na terceirização de serviços geraria precarização de direitos trabalhistas e criaria um precedente perigoso. O indeferimento pelo STF da liminar requerida na Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) nº 16, ajuizada pelo governo do Distrito Federal, também foi destacado. Segundo o vice-presidente, o encontro foi produtivo. *"Reputamos relevante e produtivo o contato mantido com o subprocurador-Geral da República, sendo de se registrar que continuaremos acompanhando de perto a tramitação do Recurso Extraordinário, dadas suas possíveis repercussões"*, afirmou.

Nota Pública ressalta atuação do MP contra contratações irregulares em Tocantins

Comentário proferido durante julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF), sobre provável omissão do MP no caso da contratação de 35 mil servidores pelo governo de Tocantins, em cargos comissionados criados pela lei 1950/08, provocou a divulgação de Nota Pública pela ANPT. A Nota enfatiza a atuação dos procuradores do Trabalho no Estado e as diversas medidas tomadas antes mesmo da edição da lei. Entre elas, o ajuizamento de duas ações civis públicas, em 2006, que visavam o cancelamento das contratações irregulares e a substituição destes por servidores concursados. O texto também lamenta que atuação deste tipo esteja ameaçada pelo entendimento cada vez mais restritivo da competência da Justiça do Trabalho e da atuação do Ministério Público do Trabalho que vem se firmando no STF.

Diretora de Relações Institucionais debate o Direito Trabalhista das Futuras Gerações

A diretora de Relações Institucionais da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Isabella Gameiro da Silva Terzi, representou a entidade em um dos mais concorridos debates do II Congresso Brasileiro das Carreiras Jurídicas de Estado (II CBCJE), em 2010. A Oficina "Pensando os direitos trabalhistas e previdenciários na atualidade e para as futuras gerações", foi programada para permitir o amplo debate sobre quais os próximos desafios a serem enfrentados pelo legislador, pelo Ministério Público e pelo Judiciário na garantia do bem estar do trabalhador brasileiro. O secretário Executivo do Ministério da Previdência Social, João Ernesto Aragonês Vianna, o presidente do INSS, Valdir Moyses Simão, e o advogado Mauro de Azevedo Menezes, também participaram do debate, coordenado pelo ministro Maurício Godinho Delgado, do Tribunal Superior do Trabalho. Procuradores do Trabalho de Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rondônia e Tocantins, dentre outros Estados, foram sorteados pela ANPT para participarem do evento.

FOTO: Arquivo pessoal

"A sociedade tem o encargo solidário de tutelar o ambiente do trabalho"

Qual a importância da discussão de temas como do Direito do Trabalho e Direito Previdenciário no contexto do II Congresso Brasileiro das Carreiras Jurídicas de Estado?

O Direito do Trabalho e o Direito Previdenciário são temas dos mais relevantes na atualidade porque as decisões tomadas agora se refletirão diretamente no bem estar dos trabalhadores do futuro. Um dos assuntos que é importante colocarmos em pauta para discutirmos agora é o meio ambiente do trabalho. A sociedade tem o encargo solidário de tutelar o ambiente do trabalho e o trabalho digno. Devemos defender o ambiente de trabalho saudável independentemente de quem seja o beneficiário. Não importa se ele é concursado ou trabalhador sem vínculo, se é cooperado, estagiário ou portador de deficiência. O que importa é que o meio ambiente em que ele exerce suas atividades tem que ser preservado. Esse é o assunto em voga no momento e ele que tem que ser cuidado por todas as instituições, sejam elas públicas ou privadas. E nessa condição proativa está inserido o Ministério Público do Trabalho. Nós contribuímos para a preservação do meio ambiente de trabalho saudável tanto na atuação custos legis quanto na conscientização do empregador e do trabalhador quando participamos de fóruns como o II Congresso Brasileiro das Carreiras Jurídicas de Estado ou quando instauramos procedimentos investigatórios ou ajuizamos ações civis públicas para garantir a proteção da saúde do trabalhador".

Mesmo com tantos assuntos diferentes e palpitantes em debate no Congresso é possível chamar a atenção dos participantes para o tema do meio ambiente do trabalho?

Toda atuação em favor da defesa do meio ambiente de trabalho tem importância, seja num evento grandioso como este ou em outros menores. E mesmo que a oficina que discutiu o tema tivesse poucos participantes, ainda assim, o que contaria seria a iniciativa da organização do evento, da ANPT e dos procuradores do Trabalho e demais operadores do Direito que a prestigiaram. Não importa se é um encontro só para Carreiras Jurídicas ou um congresso Multidisciplinar, o importante é se falar sobre o trabalho digno e não apenas sobre os direitos patrimoniais do trabalhador.

E é possível imaginar que a defesa do meio ambiente de trabalho um dia alcance tanta importância quanto o combate ao trabalho infantil e ao trabalho em condições análogas a de escravos?

A atuação da nossa Coordenadora Nacional de Defesa do Meio Ambiente de Trabalho (Codemat) tem tido grandes avanços, no campo judicial e no campo da conscientização. Hoje as empresas estão mais sensíveis e dispostas a resolver os problemas que envolvem desde aquisição de mobiliário ergonômico e de equipamentos de proteção individual até a oferta de um ambiente emocionalmente saudável para preservar a saúde mental do trabalhador. Já existem organizações concentradas para que esse meio ambiente de trabalho seja completo, integral.

Procurador do trabalho lança livro em Congresso em São Paulo

A eficácia dos direitos fundamentais entre particulares é o tema do livro lançado pelo procurador do Trabalho Marcelo Freire Sampaio Costa. Na obra são apresentados conceitos elaborados pela doutrina nacional e estrangeira. Além disso, o autor também tece comentários a escólios jurisprudenciais acerca do tema.

O lançamento oficial da obra "Eficácia dos Direitos Fundamentais Entre Particulares – Juízo de Ponderação no Processo do Trabalho", aconteceu durante o 50º

Congresso Brasileiro de Direito do Trabalho, promovido pela editora LTr entre os dias 21 e 23 de junho, em São Paulo.

O livro utiliza linguagem didática com enfoque multidisciplinar (constitucional, civil, processual civil e processual do trabalho) e visa contribuir para a construção de argumentos que amadureçam a discussão nas esferas acadêmica e jurisprudencial da eficácia dos direitos fundamentais nas relações entre particulares.

Trabalho infantil é tema de livro lançado por procuradora do Trabalho

A procuradora regional do Trabalho Jane Araújo dos Santos Vilani lançou, no dia 11 de junho, no Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, o livro "O que é Trabalho Infantil", da Coleção Primeiros Passos da Editora Brasiliense. A obra aborda questões históricas, mitos e verdade sobre o trabalho infantil. Traça também um panorama atual sobre a problemática no país.

O lançamento da obra foi realizado durante o seminário "Preconceito, Discriminação nas Relações de Trabalho e Trabalho Infanto-Juvenil", que marcou o Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil (12 de junho).

Ir à escola, soltar pipas, brincar, sonhar, crescer e se formar como pessoa e como profissional...Estas expressões não fazem parte da vida de milhares de crianças. A pobreza e a exploração ainda são uma realidade incontestável dentro e fora do Brasil para milhões de meninos e meninas que não sabem o que é a infância. Certamente existem contextos e responsabilidades a serem avaliados diante de tão grave problema.

Procuradora assume cadeira na Academia Feminina Mineira de Letras

A Procuradora do Trabalho Maria Amélia Bracks Duarte foi efetivada como membro da Academia Feminina Mineira de Letras (FEMIL), no dia 21 de maio, em solenidade realizada no auditório da Academia, em Minas Gerais. A procuradora passa a ocupar a cadeira nº 34, cuja patrona é Madre Maria Domingues Mazzarello.